



Número: **0602238-60.2018.6.16.0000**

Classe: **PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des. Luiz Fernando Wowk Penteado**

Última distribuição : **17/09/2018**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Prestação de Contas - De Candidato, Cargo - Deputado Estadual**

Objeto do processo: **Prestação de Contas relativa ao pleito de 2018, por Jocelia Cunha, CPF: 873.699.749-87, candidata ao cargo de Deputado Estadual, pelo partido do Movimento Democrático Brasileiro - MDB.**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ELEICAO 2018 JOCELIA CUNHA DEPUTADO ESTADUAL (RESPONSÁVEL)			
JOCELIA CUNHA (REQUERENTE)		LUIS FELIPE DUARTE (ADVOGADO) TATIANA HELENA ADAM (ADVOGADO)	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7800066	08/05/2020 20:34	Acórdão	Acórdão

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO N.º 56.056

PRESTAÇÃO DE CONTAS 0602238-60.2018.6.16.0000 – Curitiba – PARANÁ

Relator: LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO

RESPONSÁVEL: ELEICAO 2018 JOCELIA CUNHA DEPUTADO ESTADUAL

REQUERENTE: JOCELIA CUNHA

ADVOGADO: LUIS FELIPE DUARTE - OAB/PR72840

ADVOGADO: TATIANA HELENA ADAM - OAB/PR43103

FISCAL DA LEI: Procurador Regional Eleitoral1

EMENTA – ELEIÇÕES 2018 – PRESTAÇÃO DE CONTAS – LEI Nº 9.504/1.997 E RESOLUÇÃO TSE Nº 23.553 – IRREGULARIDADE GRAVE E QUE COMPROMETE A LISURA E A CONFIABILIDADE DAS CONTAS– CONTAS DESAPROVADAS.

1. A existência de despesas pagas com recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC sem a devida comprovação enseja a devolução dos valores ao Tesouro Nacional, nos termos do artigo 81, §§ 1º e 2º, da Resolução TSE nº. 23.553.
2. A omissão de despesa na prestação de contas enseja a desaprovação das contas quando impedir a fiscalização por parte da Justiça Eleitoral. Inteligência do artigo 56, I, g, da Resolução TSE nº 23.553/2017.
3. O pagamento de despesas após a eleição, quando evidenciado pela natureza do gasto que sua contratação se deu antes do pleito, é irregularidade formal que não enseja a desaprovação das contas.
4. A existência de dívida de campanha atesta a falta de planejamento financeiro, podendo ensejar a desaprovação das contas quando não forem apresentados os documentos constantes do artigo 35, §2º e §3º da Res. TSE 23.553.
5. Contas desaprovadas, com determinação de devolução de valores.

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte desaprovou as contas, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 07/05/2020



RELATOR LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO

RELATÓRIO

JOCELIA CUNHA, candidata ao cargo de Deputado Estadual nas eleições de 2018, apresenta sua prestação de contas.

Publicado edital, não houve impugnação.

A Seção de Contas Eleitorais e Partidárias, após a primeira análise, emitiu relatório de diligências apontando uma série de irregularidades, dentre elas ausência de instrumento de mandato para constituição de advogado, indicando a necessidade de apresentação de prestação de contas final retificadora (id. 2394916).

Intimada para regularizar a representação processual, sob pena de julgamento das contas como não prestadas, e se manifestar sobre o parecer técnico a requerente solicitou dilação do prazo para atender as diligências (id. 2509866), oportunidade que juntou procuração (id. 2509866).

Deferi o pedido de dilação de prazo (id. 2544266), oportunidade em que a candidata apresentou a prestação de contas retificadora (id. 2571116 e seguintes).

Ato contínuo juntou manifestação (id. 2817816) e nota explicativa (id.2817966).

Após a análise, o órgão técnico emitiu parecer conclusivo opinando pela desaprovação das contas (id. 5803916).

Devidamente intimada, a prestadora se manifestou e juntou documentos (id. 5959816 e seguintes).

Sobreveio petição de substabelecimento (id. 6432616).

Em nova remessa, a Seção de Contas Eleitorais e Partidárias emitiu parecer conclusivo, mantendo a desaprovação das contas, em que pese o saneamento de algumas irregularidades (id. 6894366).

A douta Procuradoria Regional Eleitoral, manifestou-se pela desaprovação das contas da candidata (id. 6990616).

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO



A candidata apresentou durante o período eleitoral a prestação de contas parcial exigida pela legislação. A apresentação das contas se deu de forma tempestiva e houve possibilidade de apreciação das informações trazidas por parte do setor técnico deste Tribunal Regional Eleitoral, que opinou pela desaprovação das contas.

A candidata obteve 691 votos e os recursos utilizados na campanha totalizaram R\$ 101.631,30 a título de receitas, sendo R\$ 90.000,00 provenientes de recursos financeiros do FEFC, R\$ 4.300,00 recursos estimáveis do FEFC, R\$ 6.900,00 de recursos estimáveis em dinheiro oriundos de pessoas físicas e R\$ 131,30 recursos financeiros próprios.

Ao final das análises feitas, o setor técnico apontou como remanescentes as seguintes irregularidades: i) identificada, mediante integração do módulo de análise do SPCE e a base de dados das Juntas Comerciais (CNE), a realização de despesa junto a fornecedor em situação “inapta”; ii) inconsistências com despesa do FEFC no valor de R\$ 200,00; iii) existência de divergência na movimentação financeira registrada na prestação de contas e a registrada nos extratos eletrônicos referente ao cheque nº 8500061; iv) detectadas doações recebidas e gastos realizados em data anterior à data inicial de entrega da prestação de contas parcial; v) realização de despesa antes da data da solicitação do registro de candidatura; vi) realização de despesa após a data da eleição; e vii) existência de dívida de campanha, no valor de R\$ 5.500,00 com apresentação somente da “declaração de assunção de dívidas de campanha”, ausentes os demais documentos constantes do artigo 35, §2º e 3º da Res. TSE 23.553.

De início, esclareço que é entendimento consolidado por esta egrégia Corte que a irregularidade constante nos itens “i e iv” são consideradas como falhas formais que não comprometem a análise das contas, motivo pelo qual se reputa, no presente caso, que autorizam apenas a aposição de ressalva.

Para melhor apreciação do feito, passo a análise das demais irregularidades separadamente:

ii) inconsistências com despesa do FEFC no valor de R\$ 200,00:

Num primeiro momento o Setor Técnico apontou como inconsistentes, em vista da ausência de documentos comprobatórios, despesas pagas com recursos do FEFC totalizando o valor de R\$ 33.724,00.

Em última análise permaneceu a inconsistência da falta de documentos idôneos a comprovar o gasto eleitoral somente com relação à despesa junto a FLAVIA GARCIA, no valor de R\$ 200,00, conforme quadro a seguir (id. 6894366):

Nesse ponto, friso que o artigo 63 da Resolução TSE nº. 23.553 estabelece a necessidade dos candidatos apresentarem comprovantes de pagamentos referentes a despesas de campanha, senão vejamos:



Art. 63. A comprovação dos gastos eleitorais deve ser feita por meio de documento fiscal idôneo emitido em nome dos candidatos e partidos políticos, sem emendas ou rasuras, devendo conter a data de emissão, a descrição detalhada, o valor da operação e a identificação do emitente e do destinatário ou dos contraentes pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ e endereço.

§ 1º Além do documento fiscal idôneo a que se refere o caput, a Justiça Eleitoral poderá admitir, para fins de comprovação de gasto, qualquer meio idôneo de prova, inclusive outros documentos, tais como:

I - contrato;

II - comprovante de entrega de material ou da prestação efetiva do serviço;

III - comprovante bancário de pagamento; ou

IV - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações da Previdência Social (GFIP).

§ 2º Quando dispensada a emissão de documento fiscal, na forma da legislação aplicável, a comprovação da despesa pode ser feita por meio de recibo que contenha a data de emissão, a descrição e o valor da operação ou prestação, a identificação do destinatário e do emitente pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ, endereço e assinatura do prestador de serviços.

Nesse contexto, a utilização dos recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) possui aplicações específicas e requerem rigoroso controle por parte da Justiça Eleitoral, de modo que, nas prestações de contas, devem ser minuciosamente discriminadas as despesas com ele realizadas (art. 56, I, c, e art. 63, todos da Res. TSE nº 25.553/2017).

Quanto a presente irregularidade a prestadora não se manifestou sobre a inconsistência com a despesa referente a serviços contábeis.

Logo, permanece sem comprovação a despesa indicada, uma vez que o artigo 63 da Resolução TSE 23.553 exige expressamente a apresentação de “**documento fiscal idôneo emitido em nome dos candidatos e partidos políticos, sem emendas ou rasuras, devendo conter data de emissão, descrição detalhada, o valor da operação e a identificação do emitente e do destinatário ou dos contraentes pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ e endereço**”, não cabendo ao prestador de contas se negar a cumprir simples requisito legal a seu alvedrio, mormente quando utilizados recursos públicos no pagamento da despesa.

Por se tratar de despesas pagas com recursos do FEFC, mister a devolução do valor irregular ao Tesouro Nacional, montante de R\$ 200,00, corresponde ao valor não comprovado, na forma do art. 82, § 1º, da Resolução TSE nº 23.553/2017.

No particular, embora constatada a irregularidade quanto à ausência de comprovação do pagamento da despesa com recursos do FEFC, ela corresponde a 0,2% do total de recursos do FEFC, atraindo tão somente a necessidade de aposição de ressalvas, determinando a prestadora a devolução da quantia utilizada com recurso do FEFC sem a devida comprovação.



iii) existência de divergência na movimentação financeira registrada na prestação de contas e a registrada nos extratos eletrônicos referente ao cheque nº 8500061:

Apontou-se, no item 8.1 do parecer técnico conclusivo (id. 6894366), que a divergência verificada na movimentação financeira registrada na prestação de contas e aquela registrada nos extratos eletrônicos permaneceu referente ao cheque nº 8500061, o qual compensado na conta nº 373552-4, para movimentação de recursos do FEFC, conforme tabela a seguir:

A prestadora não se manifestou sobre a inconsistência.

Da análise da irregularidade, verifica-se que a divergência apontada se dá em razão da ausência de lançamento, no SPCE, da declaração da referida despesa, pois não foi possível verificar o registro, em sua prestação de contas, de despesa com tal fornecedor.

A omissão em comento fere o que preceitua o já citado art. 56, I, g, da Resolução TSE nº 23.553/2017, uma vez que o objetivo da prestação de contas é a perfeita identificação dos recursos, despesas e suas origens. A existência de omissão de despesas significa necessariamente a omissão de receitas e, por conseguinte, a incerteza acerca das fontes de financiamento de campanha. Em outras palavras, vício de tal natureza acaba por comprometer todo o objetivo do procedimento da prestação de contas.

Embora o percentual envolvido seja diminuto (0,49% dos recursos), esta falha deve ser analisada em conjunto com os demais vícios encontrados pelo setor técnico, que apontam pela desaprovação.

No entanto, a despesa indicada permanece sem comprovação, uma vez que o artigo 63 da Resolução TSE 23.553 exige expressamente a apresentação de “**documento fiscal idôneo emitido em nome dos candidatos e partidos políticos, sem emendas ou rasuras, devendo conter data de emissão, descrição detalhada, o valor da operação e a identificação do emitente e do destinatário ou dos contraentes pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ e endereço**”, não cabendo ao prestador de contas se negar a cumprir simples requisito legal a seu alvedrio, mormente quando utilizados recursos públicos no pagamento da despesa.



Por se tratar de despesas pagas com recursos do FEFC, mister a devolução do valor irregular ao Tesouro Nacional, montante de R\$ 500,00, corresponde ao valor não comprovado, na forma do art. 82, §§ 1º e 2º, da Resolução TSE nº 23.553/2017.

v) realização de despesa antes da data da solicitação do registro de candidatura e/ou da concessão do CNPJ de campanha:

Neste ponto, a irregularidade apontada se refere à realização de despesa junto à BARBARA SUSSANA MURDEN, realizada em 10/08/2018, no valor de R\$ 1.000,00, antes do requerimento do registro da candidatura e/ou da concessão de CNPJ, ocorrida em 14/08/2018, contrariando o disposto nos artigos 3º, I e II, e 38, ambos da Resolução TSE nº 23.553, que dispõem:

***Art. 3º.** A arrecadação de recursos para campanha eleitoral de qualquer natureza por partidos políticos e candidatos deverá observar os seguintes pré-requisitos:*

I – requerimento do registro de candidatura;

II – inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

III – abertura de conta bancária específica destinada a registrar a movimentação financeira de campanha.

[...]

***Art. 38.** Os gastos de campanha por partido político ou candidato somente poderão ser efetivados a partir da data da realização da respectiva convenção partidária, observado o preenchimento dos pré-requisitos de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 3º desta resolução.*

§ 1º Os gastos eleitorais efetivam-se na data da sua contratação, independentemente da realização do seu pagamento, e devem ser registrados na prestação de contas no ato da sua contratação.

§ 2º Os gastos destinados à preparação da campanha e à instalação física ou de página de internet de comitês de campanha de candidatos e de partidos políticos poderão ser contratados a partir da data efetiva da realização da respectiva convenção partidária, desde que, cumulativamente:

I - sejam devidamente formalizados; e

II - o desembolso financeiro ocorra apenas após a obtenção do número de inscrição no CNPJ, a abertura de conta bancária específica para a movimentação financeira de campanha e a emissão de recibos eleitorais, na

forma do art. 9º desta resolução.



Em manifestação, a prestadora afirma que “deve-se levar em consideração que além do valor ser ínfimo, a despesa foi declarada pelo candidato demonstrando sua boa-fé” (id. 2818016).

Em que pese a justificativa não tenha o condão de sanar a irregularidade, é sabido que as convenções partidárias, nas eleições de 2018, de acordo com a Resolução TSE nº 23.555, ocorreu de 20/07/2018 a 05/08/2018.

No particular, tem-se que a data da convenção partidária estadual do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, para as eleições de 2018, ocorreu em 05/08/2018 (<https://pmdbpr.org.br/wp-content/uploads/2018/08/ata-final-0608.pdf>), não havendo irregularidade no procedimento adotado pela candidata, eis que a despesa foi contratada em 10/08/2018, período posterior a data limite para a realização das convenções partidárias das eleições 2018.

Outrossim, da análise conjunta das informações declaradas no SPCE e das constantes do extrato bancário, foi possível verificar que a referida despesa foi paga em tempo oportuno, dentro do prazo de campanha – após o prazo para abertura da conta bancária, sendo liquidada através da transferência bancária com contraparte no extrato realizada em 11/09/2018 e pelo cheque nº 850037 de 08/10/2018.

vi) realização de despesa após a data da eleição:

Com relação à realização de gastos após a data da eleição, analisando os dados apontados no parecer técnico, verifica-se que se trata das seguintes despesas:

DESPESAS REALIZADAS APÓS A DATA DA ELEIÇÃO				
DATA	NOME DO FORNECEDOR	Nº DOC. FISCAL	VALOR (R\$) ¹	% ²
25/10/2018	DAIANE SILVA DE OLIVEIRA	031	396,00	0,41
27/10/2018	JOAO VITOR GONÇALVES T BORGES	29	297,00	0,31

Instada a se manifestar, a candidata afirma que emitiu documento com data errada, juntando novo Recibo de Pagamento de Autônomo no sistema SPCE (id. 2818016).

A prestadora juntou aos autos os contratos de prestação de serviços por prazo determinado para fins de campanha eleitoral, os quais datados de 27/09/2018 (<http://inter03.tse.jus.br/sitdoc/DownloadFile?id=7b1bc190-1c02-448a-ad54-8a7ce4fcbdc1>; e <http://inter03.tse.jus.br/sitdoc/DownloadFile?id=85cb4b31-33b5-4f77-bbce-b21114bbab7c>), evidenciando que a despesa foi contraída durante o período de campanha eleitoral.

Assim, a natureza das despesas demonstra que a contratação se deu antes da eleição, sendo que seu pagamento posterior é vício formal que não compromete a regularidade das contas.

Acerca do tema cito, a título de exemplo, o seguinte aresto:



EMENTA - ELEIÇÕES 2016. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. PDT. COMISSÃO PROVISÓRIA MUNICIPAL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. CONTAS APROVADAS.

1. Após as eleições, é permitida a quitação de despesas já contraídas e não pagas até o dia da eleição.

(...) 3. Contas aprovadas.

TRE/PR, RECURSO ELEITORAL n 71752 – PR, ACÓRDÃO n 53206 de 10/07/2017, Relator(a) PAULO AFONSO DA MOTTA RIBEIRO, Publicação: DJ - Diário de Justiça, Data 13/07/2017)

vii) existência de dívida de campanha, no valor de R\$ 5.500,00 com apresentação somente da “declaração de assunção de dívidas de campanha”, ausentes os demais documentos constantes do artigo 35, §2º e 3º da Res. TSE 23.553:

A Resolução TSE nº. 23.553 é explícita ao afirmar, em seu artigo 35, §1º, que todas as despesas contraídas durante a campanha devem estar quitadas até o prazo para entrega da prestação de contas à Justiça Eleitoral.

Quanto a eventuais débitos de campanha, o normativo prevê o regramento nos artigos 35 e 36, *in verbis*:

Art. 35. Partidos políticos e candidatos podem arrecadar recursos e contrair obrigações até o dia da eleição.

§ 1º Após o prazo fixado no caput, é permitida a arrecadação de recursos exclusivamente para a quitação de despesas já contraídas e não pagas até o dia da eleição, as quais deverão estar integralmente quitadas até o prazo de entrega da prestação de contas à Justiça Eleitoral.

§ 2º Eventuais débitos de campanha não quitados até a data fixada para a apresentação da prestação de contas poderão ser assumidos pelo partido político (Lei nº 9.504/97, art. 29, § 3º e Código Civil, art. 299):

§ 3º A assunção da dívida de campanha somente é possível por decisão do órgão nacional de direção partidária, com apresentação, no ato da prestação de contas final, de:

I - acordo expressamente formalizado, no qual deverão constar a origem e o valor da obrigação assumida, os dados e a anuência do credor:

II - cronograma de pagamento e quitação que não ultrapasse o prazo fixado para a prestação de contas da eleição subsequente para o mesmo cargo:

III - indicação da fonte dos recursos que serão utilizados para a quitação do débito assumido.



§ 4º No caso do disposto no § 3º, o órgão partidário da respectiva circunscrição eleitoral passa a responder solidariamente com o candidato por todas as dívidas, hipótese em que a existência do débito não pode ser considerada como causa para a rejeição das contas do candidato (Lei nº 9.504/1997, art. 29, § 4º).

§ 5º Os valores arrecadados para a quitação dos débitos de campanha a que se refere o § 2º devem, cumulativamente:

I - observar os requisitos da Lei nº 9.504/1997 quanto aos limites legais de doação e às fontes lícitas de arrecadação;

II - transitar necessariamente pela conta "Doações para Campanha" do partido político, prevista na resolução que trata das prestações de contas anuais dos partidos políticos, excetuada a hipótese de pagamento das dívidas com recursos do Fundo Partidário;

III - constar da prestação de contas anual do partido político até a integral quitação dos débitos, conforme o cronograma de pagamento e quitação apresentado por ocasião da assunção da dívida.

§ 6º As despesas já contraídas e não pagas até a data a que se refere o caput devem ser comprovadas por documento fiscal hábil e idôneo emitido na data da realização da despesa ou por outro meio de prova permitido.

§ 7º As dívidas de campanha contraídas diretamente pelos órgãos partidários não estão sujeitas à autorização da direção nacional prevista no § 3º e devem observar as exigências previstas nos §§ 5º e 6º deste artigo.

Art. 36. A existência de débitos de campanha não assumidos pelo partido, na forma prevista no § 2º do art. 35 desta resolução, será aferida na oportunidade do julgamento da prestação de contas do candidato e poderá ser considerada motivo para sua rejeição.

De uma interpretação sistêmica do dispositivo se extrai que a assunção da dívida pelo partido deve ocorrer até a data limite para a prestação das contas, com a respectiva anuência do credor e cronograma de pagamento que não ultrapasse o prazo fixado para a prestação de contas da eleição subsequente.

Conforme consta no parecer conclusivo, foram realizadas despesas não pagas ao final da campanha no importe de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

Ainda, de acordo com o parecer conclusivo, a candidata apresentou somente a “declaração de assunção de dívidas de campanha – eleições 2018” (id. 2571566), registrada ausência dos demais constantes do já citado artigo 35, da Res. TSE 23.553, quais sejam: “autorização do órgão nacional para assunção da dívida pelo órgão partidário da respectiva circunscrição; os dados e a anuência do credor; cronograma de pagamento e quitação que não ultrapasse o prazo fixado para a prestação de contas da eleição subsequente para o mesmo cargo” (item 13, do id. 6894366).

Na espécie, o valor da dívida revela-se expressivo (R\$ 5.500,00, que corresponde a 5,13% do total de despesas, cujo montante global foi de R\$ 107.124,70).



Ademais, ressalto que a candidata não trouxe qualquer justificativa para a sua negligência em cumprir deveres acordados, tampouco apresentou plano de pagamento, ficando, portanto, comprometida a regularidade da presente prestação de contas, em especial quando no afã da disputa eleitoral são cometidos descontroles financeiros sem a observância do procedimento previsto na legislação eleitoral em vigência.

Destarte, considerando que o vício apontado neste último item é grave e, da análise conjunta com os demais vícios encontrados pelo setor técnico, entendo que houve comprometimento da regularidade das contas, razão pela qual, nos termos do parecer técnico e a manifestação do Ministério Público Eleitoral, a desaprovação das contas da candidata é medida que se impõe.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, acolho os pareceres do Setor Técnico e da Procuradoria Regional Eleitoral e voto no sentido de desaprovar as contas relativas às eleições de 2018 apresentadas por JOCELIA CUNHA, determinando à prestadora que devolva ao Tesouro Nacional a quantia de R\$ 700,00 (setecentos reais), nos termos do artigo 82, §§ 1º e 2º, da Resolução TSE nº 23.553/2017.

É o voto.

DES. LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO – RELATOR

EXTRATO DA ATA

PRESTAÇÃO DE CONTAS (11531) Nº 0602238-60.2018.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ -
RELATOR: DES. LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO - RESPONSÁVEL: ELEICAO 2018
JOCELIA CUNHA DEPUTADO ESTADUAL REQUERENTE: JOCELIA CUNHA - Advogados do(a)
REQUERENTE: LUIS FELIPE DUARTE - PR72840, TATIANA HELENA ADAM - PR43103

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte desaprovou as contas, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Tito Campos de Paula. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Senhores Desembargadores: Desembargador Vitor Roberto Silva, Desembargador Luiz Fernando Wowk Penteado, Rogério de Assis, Carlos Alberto Costa Ritzmann, Thiago Paiva dos Santos e Roberto Ribas Tavnaro - Substituto em exercício. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Eloísa Helena Machado.



SESSÃO DE 07.05.2020.



Assinado eletronicamente por: LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO - 08/05/2020 20:34:42

<https://pje.tre-pr.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20050818502293400000007371442>

Número do documento: 20050818502293400000007371442